



Curso de Capacitação de Magistrados do Tribunal de Justiça**PROJETO DE CURSO PARA CREDENCIAMENTO NA ENFAM****INFORMAÇÕES DA ESCOLA:**

Nome da Escola: Universidade Corporativa – UNICORP

Natureza da Escola: Escola Institucional, integrante da estrutura do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Endereço: 5ª Avenida do CAB nº 560, anexo 2, 5ª andar, CEP 404425-060, Salvador – BA.

Telefones: (71) 3483-3811 / 3483-3819

Endereço Eletrônico: <http://unicorp.tjba.jus.br/unicorp/>

Responsáveis Técnicos da Escola:

Coordenador-Geral: Juiz Paulo Roberto Santos de Oliveira

Secretário-Geral: Marcus Vinícius Fernandes

Coordenadora Pedagógica: Priscilla Viana Fortunato

Diretor da Escola: Desembargador Mário Augusto Albiani Júnior

Mandato do Diretor: 2022 - 2024

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Curso de gestão para prevenção e combate de condutas assediosas e discriminatórias

Natureza: Curso Formação Continuada para fins de promoção/remoção por merecimento e vitaliciamento na carreira de magistrados.

Coordenadora Pedagógica do Curso: Desa. Joalice Maria Guimarães de Jesus

Modalidade: () Presencial (X) À Distância

Público alvo: Magistrados

Carga horária: 22 horas

Número de vagas: 40

Período de inscrição: 18/07 à 04/08/2022

Período de realização: 08 à 16 de agosto.

Link de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem

<https://ead.tjba.jus.br/unicorpead/course/view.php?id=421>

Link da sala de aula virtual: <https://call.lifesizecloud.com/5940193>



VISÃO GERAL

EMENTA

Módulo I

Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

Módulo II

Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

Módulo III

Justiça restaurativa como mecanismo para a resolução de conflitos: comunitário e judicial. Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça. Princípios e valores restaurativos. Aplicações práticas da Justiça Restaurativa: círculo de construção de paz, mediação vítima – ofensor – comunidade, conferências.

Módulo IV

Liderança positiva e liderados engajados; comunicação não violenta interpessoal e motivação no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. A incorporação de práticas restaurativas no ambiente de trabalho.

JUSTIFICATIVA

Diante da Resolução n.º 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, instituiu-se a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Âmbito do Poder Judiciário, fomentando tribunais estaduais a adotarem medidas que suplantem o exercício abusivo do poder administrativo, caracterizado por ações persistentes e desproporcionais ao sujeito e que afetam as relações sociais e trabalhistas.

Em 09 de março de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia publicou o Decreto Judiciário n.º 214, instituindo uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e outras Formas de Discriminação em cada grau de jurisdição e, em seguida, foram editados os Decretos Judiciários 372 e 373, ambos de 05 de maio de 2022 que designaram, respectivamente, os membros das Comissões de 2º e 1º Graus de Poder Judiciário Baiano.

Nesse cenário, o curso proposto pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação do Estado da Bahia busca fomentar a construção



de ambientes produtivos, saudáveis e com Qualidade de Vida no Trabalho.

Para tal intento, o presente curso de capacitação contará com a participação de profissionais das áreas de: Administração, Direito e Psicologia, que ministrarão aulas teóricas e práticas nas áreas mais modernas da Gestão de Pessoas e de Processos visando construir uma nova mentalidade no ambiente organizacional, em face de princípios como a humanidade, o respeito e a dignidade humana.

OBJETIVO GERAL

Promover competências relacionadas à gestão de pessoas, com a melhoria do ambiente organizacional e das relações interpessoais entre os servidores e também os cidadãos jurisdicionados.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conscientizar os magistrados quanto às ações de prevenção e combate às condutas discriminatórias e de assédio, moral ou sexual;
- Aprimorar a gestão de pessoas que se encontrem sob a responsabilidade do magistrado;
- Estimular a adesão a condutas e políticas preventivas a todas as formas de assédio e discriminação, como reflexo do compromisso institucional com a Agenda 2030 da ONU;
- Reconhecer condutas que possam evidenciar comportamento assediado ou discriminatório e adotar meios para preveni-las e combatê-las no ambiente institucional.

METODOLOGIA

O curso será realizado de modalidade a distância, mediado por tecnologia através das plataformas disponibilizadas pela UNICORP, e contará com aulas expositivas dialogadas e metodologia ativa, com a participação dos discentes em fóruns organizados e estimulados pelos tutores.

Fórum de consolidação do aprendizado diário, computando 1h/dia

ATUAÇÃO DOS TUTORES

1. Ser um agente de engajamento entre os discentes e o curso;
1. Atender as demandas dos discentes com relação as dúvidas que vier surgir sobre o curso ou as aulas;
2. Facilitar a comunicação entre o professor e o discente;
3. Responder as perguntas nos fóruns.

RESPONSABILIDADE DO DISCENTE

1. Acessar regulamente o ambiente de curso para organizar o estudo e as atividades propostas pelo docente;
1. Observar o prazo do envio da atividade a ser postada;



2. Executar as atividades solicitadas pelo docente através de vídeo ou imagem;

ESTRUTURA DO CURSO							
Data/Horário	Temática	Metodologia Ativas	Modalidade	Formador	C.H		
08 e 09/08	Ambientação	Fórum de apresentação	Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.	Dra Ana Conceição Barbuda	2		
08/08 8h às 12h - aula síncrona Fórum assíncrono	Módulo I: Administração	Aula expositiva dialogada (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.	Dr Bruno Magalhães Dr. Rodrigo Brito	5		
09/08 8h às 12h - aula síncrona Fórum assíncrono	Módulo II: Direito	Aula expositiva dialogada (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.	Dra Ana Barbuda Dra Daniela Gonzaga	5		



				Presencial com até 50 alunos.		REPAGINADO
15/08	8h às 12h - aula síncrona Fórum assíncrono	Módulo III: Justiça Restaurativa	Aula expositiva dialogada (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	<p>Presencial com até 50 alunos.</p> <p>Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.</p> <p>Presencial com até 50 alunos.</p>	Desa Joanice Maria Guimarães de Jesus Dra. Janine Ferraz Dr. Rodrigo Britto	5
16/08	8h às 12h - aula síncrona Fórum assíncrono	Módulo IV: Psicologia	Aula expositiva dialogada, Gamificação (4h/a) e fórum de discussão (1h/a)	<p>Presencial com até 50 alunos.</p> <p>V Ensino à Distância (EaD). Observando-se a Instrução Normativa n.º 01, de 03.05.2017, da ENFAM, com a presença de 01 (um) tutor – devidamente capacitado para tanto – para cada grupo de 40 (quarenta) alunos.</p> <p>Presencial com até 50 alunos.</p>	Prof. Dr. Cláudio da Silva Dr. Rodrigo Britto	5

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AMBIENTAÇÃO



Ambientação:

1. Como obter sucesso no meu curso? <https://youtu.be/MYhScE6vY5E>
2. Você sabe o que é netiqueta? https://youtu.be/BlsfC_g-Tow
3. Por que é importante participar dos fóruns? <https://youtu.be/6bYM7OIXhbQ>

Texto de apresentação disponibilizado na plataforma Moodle

“O Homem não é nada além do que faz a Si Mesmo”.
Jean-Paul Sartre

Estimado cursista!

Nós da Unicorp, e das Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e outras formas de discriminação do Tribunal de Justiça da Bahia, lhe desejamos boas vindas.

O Curso de Prevenção e Combate a condutas assediosas e discriminatórias tem por objetivo fomentar a construção de ambientes produtivos, saudáveis e com qualidade de vida no Trabalho, contando com a participação de profissionais das áreas de: Administração, Direito e Psicologia, que ministrarão aulas teóricas e práticas nas áreas mais modernas da Gestão de Pessoas e de Processos visando construir uma nova mentalidade no ambiente organizacional, em face de princípios como a humanidade, o respeito e a dignidade humana.

Sabemos que cada um traz consigo uma bagagem de experiências... Vamos nos conhecer melhor?

Faça um portfólio pessoal, com foto, expondo suas experiências profissionais, de qual cidade está atuando como magistrado, a forma que deseja ser chamado, quais são seus objetivos e expectativas em relação ao curso e os seus hobbies.

Aproveite também para nos contar se já teve alguma experiência com situações assediosas ou discriminatórias, não sendo relevante a menção aos dados pessoais dos envolvidos. Esse relato nos ajudará ter maior compreensão na atuação das atividades solicitadas durante o curso.

Agora que já sabemos um pouco do outro, responda essas duas perguntas:

- 1 – Você acredita que a resolução Nº 351/20 do CNJ é importante para a garantia de ambientes laborais saudáveis no âmbito do Poder Judiciário?
- 2 – A melhoria na organização administrativa é capaz de coibir práticas assediosas e discriminatórias nos Tribunais?

Desejamos que tenha um excelente curso e bons estudos.

Até lá!



Módulo I

Carga horária: 5h

Conteúdo Programático: Gestão de pessoas, influência no ambiente organizacional e importância nos resultados alcançados. Conceito, poderes, funções, aplicabilidade e estilos de liderança na gestão de pessoas. Desenvolvimento de competências e sua aplicabilidade.

Metodologia:

- Aula Expositiva Dialogada
- Apresentação e desenvolvimento do conteúdo
- Apresentação de Vídeos

Atividade:

Proposição de contextos organizacionais para análise de elementos da administração e da gestão, bem como formas de gerir em face das práticas modernas e estratégias corporativas.

Material pedagógico:

1. Textos selecionados
2. Fichas de competências
3. Formulários de objetivos da gestão

Envio da atividade do discente:

Entrega via participação em fórum no moodle

Docente: Bruno Magalhães

Moderação do Fórum - Dr. Rodrigo Britto

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

4hh/a - aula síncrona

1h - Fórum de discussão no moodle

Módulo II

Carga horária: 5h

Conteúdo Programático: Assédio e discriminação nas convenções internacionais e na CF/88. Legislação infraconstitucional e Resolução 351/2020 do CNJ. Conceito, modalidades e características do assédio e da discriminação. Consequências para a vítima, a sociedade e o poder público. Meios probatórios do assédio e da discriminação. Tipificação penal. O delito de *Stalking*. Assédio moral no setor público.

Metodologia:

As aulas são expositivas com exemplos de aplicação prática de cada caso. Para uma maior assimilação são propostos questionários e problemas práticos para desenvolvimento e debate.

Atividade:



Desenvolvimento de competências e habilidades através de debates e proposição de análise de determinados eventos apresentados em sala.

Material pedagógico:

- Textos selecionados
- Catálogo de leis
- Jurisprudências sobre assédio moral, sexual e discriminação

Envio da atividade do discente:

Entrega via participação em fórum no moodle

Docente: Dra Ana Conceição Barbuda / Dra Daniela Gonzaga

Moderação do Fórum - Dra Ana Conceição Barbuda

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

4hh/a - aula síncrona

1h - Fórum de discussão no moodle

Módulo III

Carga horária: 5h

Conteúdo Programático: Justiça restaurativa como mecanismo para a resolução de conflitos: comunitário e judicial. Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça. Princípios e valores restaurativos. Aplicações práticas da Justiça Restaurativa: círculo de construção de paz, mediação vítima – ofensor – comunidade, conferências.

Metodologia:

- Exposição Participativa
- Estudo de casos

Atividade:

Apresentação de princípios da justiça restaurativa, através da exposição participada com identificação de paradigmas de modelos antigos.

Material pedagógico:

- Textos selecionados
- Vídeos

Envio da atividade do discente:

Entrega via participação em fórum no moodle

Docente: Desa. Joalice Maria Guimarães de Jesus / Dra. Janine Ferraz / Dr. Rodrigo Britto

Moderação do Fórum - Dra. Janine Ferraz

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

4hh/a - aula síncrona



1h - Fórum de discussão no moodle

Módulo IV

Carga horária: 5h

Conteúdo Programático:

Liderança positiva e liderados engajados; comunicação não violenta interpessoal e motivação no trabalho. Dinâmica de constituição de equipes de alto desempenho e alta produtividade. Do comprometimento a confiança através da valorização do sujeito com o exercício humanizado de poder na gestão participativa. A incorporação de práticas restaurativas no ambiente de trabalho

Metodologia:

Exposição participada e construção do conhecimento através de vivências e práticas integrativas.

Atividade:

Consiste em metodologia teórico-prático-vivencial, na qual os participantes construirão competências e habilidades através da interação com o coletivo. Princípios éticos e epistemológicos baseados na Psicologia Positiva estabelecem a base pedagógica destas atividades.

Material pedagógico:

Textos Selecionados
Inventários e Questionários de Competências
Vídeos
Recursos áudio visuais

Docente: Cláudio Manoel N. G. da Silva

Moderação do Fórum - Dr. Rodrigo Britto

Envio da atividade do discente:

Entrega via participação em fórum no moodle

Carga horária para desenvolvimento das atividades:

4hh/a - aula síncrona

1h - Fórum e Atividade no moodle

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1. Avaliação do aluno

Será realizada através das participações dialógicas durante as aulas e nos fóruns de discussão propostos pelos tutores

2. Autoavaliação

Após o término das aulas, o discente terá acesso a um questionário, através da plataforma institucional, com perguntas de avaliação pessoal com relação ao curso e aprendizado. O aluno seguirá um critério de avaliação através de um formulário que consta; A) bom B) muito bom C)



regular D) insuficiente e um registro reflexivo com tais perguntas: O que agregou? Como será útil? Como ele vai contribuir após esse curso?

3. Avaliação de Reação

O participante preencherá formulário eletrônico de reação alinhado às diretrizes da UNICORP, visando identificar sua impressão quanto à qualidade do curso e nível de aproveitamento, no link: <https://forms.gle/4WJNt2WxKC7sUuwH8>

FREQUÊNCIA

Será computada mediante a presença on-line.

Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para ter o certificado de conclusão.

FORMADORES E TUTORES

Joanice Maria Guimarães de Jesus:

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente do Comitê Gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau – TJBA. Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio moral, Assédio sexual e outras formas de discriminação do 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Especialista em Ciências Criminais, em nível de pós-graduação “*lato sensu*”, pela Universidade da Amazônia – UNAMA. Especialista em Direito do Estado, em nível de pós-graduação “*lato sensu*”, pela Faculdade Baiana de Direito. Mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães Ferreira

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio moral, Assédio sexual e outras formas de discriminação do 1º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Pós-doutora em direito pela UFBA. Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Novos Direitos pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador. Pós-graduada em Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Relações Familiares e Contextos Sociais pela UCSAL. Pós-graduada em Direito Canônico pela UCSAL e Pós-graduada em Atividade Judicante pela UFBA. Pós-graduada em Atividade notarial e registrar. Exerce desde o ano de 1990 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Professora de Direito Constitucional e Direito Civil e Direito Processual Civil da Universidade Católica do Salvador. Desenvolve Atividade de Docência na Escola Nacional de Magistrados (ENFAM) como Formadora e na Escola de Magistrados da Bahia (EMAB) e Unicorp. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Bahia responsável pelos Serviços Extrajudiciais e Juíza Assessora da vice-presidência do TJBA, responsável pela sessão de Recursos. Atualmente, exerce função judicante na 6ª. Turma Recursal da Fazenda Pública em Salvador.



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR:

PRISCILLA VIANA FORTUNATO.

Documento Nº: 1231875.21625110-8408 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica>



TJADM202235388V/01

Coordenadora do Núcleo de Gestão de Demandas de Massa (NUGEDM) do TJBA. Membro do Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (CIJEBA) Integrante da EMN Escola da magistratura Nacional.

Daniela Guimarães Andrade Gonzaga

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela UFBA. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil da Faculdade Baiana de Direito. Pós-graduada em Tutela dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos pela Universidade da Amazônia. Exerce desde o ano de 1996 o cargo de magistrada na Bahia. Foi Juíza Auxiliar da Corregedoria das Comarcas do Interior do Estado da Bahia no biênio 2008-2009 e Presidente da Comissão Estadual de Adoção Internacional. Atualmente, exerce função judicante na 6ª Vara de Relações de Consumo em Salvador. Membro da CEJA/BA. Integrante da Comissão de 1º grau de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Janine Soares de Matos Ferraz

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1998); Especialista em Gestão e Desenvolvimento de Seres Humanos pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu (2002); Especialista em Grandes Transformações Processuais pela UNAMA (2008); Especialista em Docência do Ensino Superior EAD, pela FTC (2011); Facilitadora de Círculos de Construção de Paz, pela UNICORP (2018), também pela Moinho de Paz (2019), pelo Instituto Pazes (2020), pelo Diálogos Transformativos – Paulo Moratelli (2020) e pela Escola da AJURIS (2020); Facilitadora em Conferência Vítima Ofensor pela Eastern Mennonite University – Virginia – Washington – EUA (2019); Facilitadora no método STAR (Estratégias para consciência e cura do trauma e resiliência) pela Eastern Mennonite University – Virginia – Washington – EUA (2019); Facilitadora em CNV, pelo Instituto Konekti (2019); Instrutora de Facilitadores em Justiça Restaurativa pela UNICOOP (2019); Atualmente é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; Membro da equipe de Formadores da ENFAM / STJ – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados; Membro da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Membro da Comissão Cientificopedagógica do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º Grau do PJBA; Pósgraduada em Justiça Restaurativa pela Faculdade Madre Thaís; Mestranda em Segurança Pública, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos pela UFBA, com pesquisa em Integração da Segurança Pública com a Justiça Restaurativa, com foco na Polícia Militar da Bahia. Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania – CEJUSC de Poções com ações de Práticas Restaurativas na comunidade; Idealizadora e responsável pelo Projeto de construção de paz “Coração de Tinta”.

Rodrigo Souza Britto

Juiz do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA). Ingressou na Magistratura no ano de 2013. É graduado em Direito pela Unifacs e pós-graduado em Direito Tributário pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Facilitador de Círculos de Construção de Paz, pela UNICORP (2018), também pela Moinho de Paz (2019) e Diálogos Transformativos – Paulo Moratelli (2020). Facilitador de Constelador Familiar e Sistêmico, bem como Constelador Estrutural. Mediador Judicial em Formação pelo Conselho Nacional de Justiça. Professor em várias instituições de ensino, como Brasil Jurídico, Unigrad, Ênfase e Êxito OAB; Membro da Comissão Científico-pedagógica do Núcleo de Justiça Restaurativa do 2º grau do PJBA;



Claudio Manoel Nascimento Gonçalo da Silva

Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Salvador (1997), bacharel em Psicologia e Psicólogo pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (2007) e bacharelado em Direito pela Universidade Católica do Salvador (2015). Possui especialização em Redes de Computadores pela Universidade Salvador (1999), especialização em Saúde Mental Coletiva (2007), mestrado em Modelagem Computacional pelo Centro de Pesquisas e Pós-Graduação Visconde de Cairú (2005). Doutorando em Ciências da Terra pela Universidade de A Coruña (2014), Doutorando em Modelagem Computacional pelo SENAI/CIMANTEC (2016). Analista Judiciário do Tribunal de Justiça da Bahia, exercendo as atividades de Psicólogo Judiciário pelo Serviço de Apoio e Orientação Familiar (SAOF), para Varas de Família e Juizados. Pesquisa: 1. Sistemas complexos baseados em bioimagens, modelos de complexidade e multifractalidade; 2. Segurança de redes e tecnologia da informação; 3. Saúde Mental e Psicologia Jurídica; 4. Matrizes Epistemológicas da Psicologia.

Bruno de Magalhães Oliveira Costa

Advogado, Administrador de Empresas e Professor de graduação e pós-graduação com atuação profissional na área de Direito Empresarial, Direito Civil, Direito Internacional do Comércio, Direito Econômico Concorrencial e Administrativo Econômico, nas searas nacional e internacional. É Mestre em Direito Governança e Políticas Públicas pela Universidade Salvador (UNIFACS). É MBA Executivo em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-graduado com especialização em Direito do Estado pela Instituição Jus Podivm. É International Business Management pelo Massachusetts Institute of Business ? MIB/ABRACOMEX. É autor do livro Direito Internacional e a Jus Cogens Nos Mecanismos de Soluções de Controvérsias Empresariais: Com Abordagem da Organização Mundial do Comércio; É idealizador, organizador e Coautor do livro Governança Corporativa e Políticas Públicas Volume 1. É Coautor do livro Dignidade da Pessoa Humana Estudos para além do Direito, 3º Vol. É Consultor Jurídico do Instituto Innovare no Estado da Bahia. É Mentoring Compliance Expert (MCE2-JGC) e Analista de Compliance Sênior (ACS-JGC). É Administrador Judicial com formação em Recuperação Judicial e Falência pelo Instituto Brasileiro de Administração Judicial (IBAJUD/BrJ). É Empreendedor Líder Coach e International Life Professional Coach (Profiler DISC Analista de Mapeamento de Perfil Comportamental) pela BRASCOACHING e SOLIDES LCC; International Executive Coach pela BRASCOACHING e Pela NEURO-SEMANTICS (International Society of Neuro-Semantics Actualizing Excellence). Ex-Membro do Comitê Jurídico da AMCHAM - American Chamber of Commerce em Salvador/BA. Ex-Diretor da Associação Brasileira de Advogados (ABA) em Salvador/BA. Ex-Membro Efetivo do IBDEE - Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial. Ex-membro da Câmara Empresarial de Comércio Argentina-Bahia (CECAB). Possui formação de extensão em: Gestão da Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Tendências em Gerenciamento de Projetos pela FGV; Compliance pela FGV; Compliance, Governança e Risco, pela FBD - Faculdade Baiana de Direito; OMC - Organização Mundial do Comércio pelo CEDIN - Centro de Estudo de Direito Internacional; Propriedade Intelectual pela World Intellectual Property Organization (WIPO); Fundamentos da Integração Regional - MERCOSUL, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Licitações pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB); Direito Internacional e Justiça Restaurativa pela UC - Universidade de Coimbra / Portugal. É palestrante e autor de artigos jurídicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR: PRISCILLA VIANA FORTUNATO.
Documento Nº: 1231875.21625110-8408 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/signa/consultapublica>



BRASIL, RESOLUÇÃO 351, de 28 de outubro de 2020. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em : <https://atos.cnj.jus.br/files/original192402202011035fa1ae5201643.pdf>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA NETO, Joaquim Domingos. Juizados Especiais Criminais: Uma Visão da Nova Justiça Criminal.

HONÓRIO, Maria do Carmo e OLIVEIRA, José Anselmo de (Org.). Sistema dos Juizados Especiais. Campinas: Millennium. 2012. A TARDE. Namoro desfeito acaba em tragédia. Ano 92. N° 31.548, página 8. Salvador. Terça-feira, 23 de agosto de 2005.

AZEVEDO, André Gomma de. (Org.) Manual de Mediação Judicial. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. 2009. ----- . O Componente de Mediação Vítima-Ofensor na Justiça Restaurativa: Uma Breve Apresentação de uma Inovação Epistemológica na Autocomposição Penal. In.: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília – DF: Ministério da Justiça e PNUD. 2005.

AZEVEDO, Rodrigo G. de. O Paradigma Emergente em seu Labirinto: Notas para o Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Criminais. In.: WUNDERLICH, Alexandre e CARVALHO, Salo de (Org.) Novos Diálogos sobre os Juizados Especiais Criminais. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 2005. BRAITHWAITE, John and ROCHE, D. Responsibility and Restorative Justice. In: BAZEMORE, G. and SCHIFF, M. Restorative Community Justice: Repairing Harm and Transforming Communities. New York: Anderson Publications, 2011. 151 ----- . Restorative Justice and Responsive Regulation. New York: Oxford. 2002.

BUZZI, Marco Aurélio Gastaldi e HONÓRIO, Maria do Carmo (Orgs.). Juizados Especiais 15 anos de Debates e Reflexões. São Paulo: Fiúza. 2010. CORREIO DA BAHIA. Homem se mata após assassinar a ex-namorada. Ano XXVI. N.º 08369, página 7. Salvador. Terça-feira, 23 de agosto de 2005.

COSTA, Artur F. Guimarães de Jesus. A Justiça Restaurativa no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2008. 99 f. Monografia. Pós-Graduação Latu Senso em Ciências Criminais). Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2008.

CUSTÓDIO, Leonardo Rulian. O Poder Judiciário em Crise dando Margem a Formas Alternativas de Resolução de Conflitos. 2002. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Paulista. Campinas. 2002.

DOS SANTOS, Cristiane Araújo. Justiça Restaurativa: uma resposta diferenciada para os problemas criminais. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais). Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra. 2008.

ESCOLA DE MAGISTRADOS DA BAHIA/Núcleo de Justiça Restaurativa do TJ/BA. Curso de Formação em Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. Credenciado pela Portaria nº 114, de 13/12/2010, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Salvador. 2010. Anexo C e CD com a programação, aulas, vídeos e filmes que integram o currículo do curso.

FERREIRA, Francisco Amado. Justiça Restaurativa Natureza, Finalidades e Instrumentos. Coimbra: Coimbra. 2006.

GOMES PINTO, Renato Sócrates. Justiça Restaurativa é Possível no Brasil? In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). Justiça Restaurativa. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005. p. 28. 152

GOULART, Maria Cristina Vianna. A Compreensão do Sujeito Humano segundo a Sociologia e a Psicanálise. In: Curso de Formação em Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. 10º. 2012. Extensão do 2º JECRIM – Largo do Tanque. Salvador. 2012.



GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. *Mediação e Gerenciamento do Processo: Revolução na Prestação Jurisdicional*. São Paulo: Atlas. 2007. p. 3 a 4.

HOFFMAN, Gene Knudsen; MONROE, Cynthia e GREEN, Leah. *Escuta Compassiva*. In: *Transformação de Conflitos*. Tradução: Márcia Gama. Santa Bárbara, California: The Institute for Cooperative Communication Skills. 2006. Disponível em: www.comunicarmelhor.org. Acesso em: 27 jan 2007.

HONÓRIO, Maria do Carmo e OLIVEIRA, José Anselmo de (Orgs.). *Sistema dos Juizados Especiais*. Campinas /SP: Millennium. 2012.

JACCOUD, Mylène. *Princípios, Tendências e Procedimentos que Cercam a Justiça Restaurativa*. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). *Justiça Restaurativa*. Brasília – DF: Ministério da Justiça e PNUD. 2005. p.163 a 182.

MARTINEZ, Francisco J. e BARLETTA, Haydeé (org.), *Mediación: Proyecto Piloto*. (Buenos Aires – Secretaria de Justicia. Ministerio de Justicia de La Nacion).1995. MCCOLD, Paul e WACHTEL, Ted. *Em Busca de um Paradigma: Uma Teoria de Justiça Restaurativa*. In: XIII Congresso Mundial de Criminologia. 2003. Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso: 13 mar 2006. http://restorativepractices.org/library/paradigm_port.html . Acesso em 01 mai 2008.

MORRIS, Alisson. *Criticando os Críticos. Uma Breve Resposta aos Críticos da Justiça Restaurativa*. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R.; PINTO, R. Gomes (Org.). *Justiça Restaurativa*. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Para o Desenvolvimento – PNUD. 2005. p. 439 a 464.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. *Juizados Especiais Criminais: é possível se garantir a democratização e qualificação do acesso à Justiça por essa via? Garantir o acesso com qualidade*. Curso de Capacitação de Facilitadores para Justiça Restaurativa, Mediação Penal, Prevenção da Violência e Direitos Humanos. 2º. 2010. EMAB. Salvador.

NÚCLEO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJ/BA. *ARTE NO JUIZADO CRIMINAL*. Fotos: Andréa Lago. Apoio Cultural: CASA DE CULTURA CAROLINA TABOADA. Disponível em: www.casataboada.com.br Acesso em 23 out 10.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. *Justiça Restaurativa: da Teoria à Prática*. São Paulo: IBCCRIM. 2009. 153

SALIBA, Marcelo Gonçalves. *Justiça Restaurativa e Paradigma Punitivo*. Curitiba: Juruá. 2009.

SANTANA, Selma Pereira de. *Justiça Restaurativa A reparação como consequência jurídicopenal autônoma do delito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2010. -----.

A Justiça Restaurativa: um resgate, ainda que tardio, das vítimas de delitos. In.: *De Jure – Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais*. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Belo Horizonte: 2009.

SANTOS, Jonny Maikel dos. *Justiça Restaurativa: Aspectos Teóricos e Análise das Práticas do 2.º Juizado Criminal do Largo do Tanque – Salvador, Ba*. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional de Segurança Pública, Justiça e Cidadania). Faculdade de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais. São Paulo. 2012.

SICA, Leonardo. *Justiça Restaurativa e Mediação Penal: o novo modelo de justiça criminal e de gestão do crime*. *Revista do Ministério Público Militar*. N.º 21, Abr. 2010. Brasília: Procuradoria Geral de Justiça Militar. -----.

Bases para o Modelo Brasileiro de Justiça Restaurativa. *Revista do Ministério Público Militar*. Ano 36, nº 21 (abr. 2010). Brasília: Procuradoria Geral de Justiça Militar. 2010.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA. I. 2005. Araçatuba/São Paulo. Carta de Araçatuba. Disponível em: Acesso em: 30 mai 2014.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. *Devido Processo Legal: Uma Visão Pós-Moderna*. Salvador: JusPodivm. 2008.

SOUZA, Asiel Henrique de, e VIZA, Ben-Hur. *Proposta de Projeto de Institucionalização da Justiça Restaurativa, com análise das condições necessárias para a sua realização*. 1º Juizado Especial de Competência Geral do Núcleo Bandeirante. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Brasília/DF. 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. *Cartilha do Núcleo de Justiça Restaurativa –*



Extensão de 2º Juizado Especial Criminal do Largo do Tanque. Salvador. 2010. Disponível em: Acesso em: 05 mai 2013.

VARGAS, Lúcia Dias. Julgados de Paz e Mediação – uma nova face da justiça. Coimbra: Livraria Almedina. 2006.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas: Modelos, Processos, Ética e Aplicações. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método. 2012. VEZZULA, Juan Carlos. A mediação. O Mediador. A Justiça e outros Conceitos. In: OLIVEIRA, Ângela (Coord.). Métodos de Resolução de Controvérsias. São Paulo: LTr. 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito Penal Brasileiro: primeiro volume -Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan. 2003.

ZEHR, Howard. Trocando as Lentes: Um Novo Foco sobre o Crime e a Justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena. 2008.

American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). Standards for educational and psychological testing Washington, DC: Author.

ATKINSON, T. N., & Butler, J. W. (2012). From regulation to virtue: A critique of ethical formalism in research organizations. *Journal of Research Administration*, 43(1), 17-32. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>

BANDURA, A. (1977). *Social learning theory* Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

BARCLAY, L. A., Markel, K. S., & Yugo, J. E. (2012). Virtue theory and organizations: Considering persons with disabilities. *Journal of Managerial Psychology*, 27(4), 330-346. <http://dx.doi.org/10.1108/02683941211220153> » <https://doi.org/10.1108/02683941211220153>

BORSA, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia*, 22(53), 423-432. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>; <https://doi.org/10.1590/S0103863X2012000300014>

BROWN, T. A. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research* New York: The Guilford Press.

BYRNE, B. M. (2012). *Structural equation modeling with Mplus: Basic concepts, applications, and programming* New York: Taylor & Francis.

CAMERON, K. (2011). Responsible leadership as virtuous leadership. *Journal of Business Ethics*, 98(1), 25-35. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6> » <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1023-6>

CERVO, C. S., Mónico, L. S. M., Santos, N. R., Hutz, C. S., & Pais, C. (2016). Authentic Leadership Questionnaire: Invariance between samples of Brazilian and Portuguese employees. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(40), 1-11. <http://dx.doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>; » <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0046-4>

COHEN, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

CROSSAN, M., Mazutis, D., & Seijts, G. (2013). In search of virtue: The role of virtues, values, and character strengths in ethical decision making. *Journal of Business Ethics*, 113(4), 567-581. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>; » <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1680-8>

DANIELS, K. (2000). Measures of five aspects of affective well-being at work. *Human Relations*, 53(2), 275-294. <http://dx.doi.org/10.1177/a010564>; » <https://doi.org/10.1177/a010564>

FERREIRA, M. C., Silva, A. P. C., FERNANDES, H. A., & Almeida, S. P. (2008). Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos no trabalho (ESAFE). *Avaliação Psicológica*, 7(2), 143-150. Recuperado em maio 1, 2017, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt;

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200005&lng=pt&tlng=pt

Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia e conferido com o documento original por: CONFERIDO POR:

PRISCILLA VIANA FORTUNATO.

Documento Nº: 1231875.21625110-8408 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica>



TJADM20235388V01

04712008000200005&lng=pt&tlng=pt

HACKETT, R. D., & Wang, Q. (2012). Virtues and leadership: An integrating conceptual framework founded in Aristotelian and Confucian perspectives on virtues. *Management Decision*, 50(5), 868-899. <http://dx.doi.org/10.1108/00251741211227564> » <https://doi.org/10.1108/00251741211227564>

HART, D. (2001). Administration and the ethics of virtue: In all things, choose first for good character and then for technical expertise. In T. L. Cooper (Ed.), *Handbook of administrative ethics* (pp. 131-50). New York: Marcel Dekker.

KILBURG, R. R. (2012). *Virtuous leaders: Strategy, character, and influence in the 21st century* Washington, DC: American Psychological Association.

PETERSON, C., & Seligman, M. E. P. (2004). *Character strengths and virtues: A handbook and classification* Washington, DC: American Psychological Association.

PETERSON, S. J., Walumbwa, F. O., Avolio B. J., & Hannah, S. T. (2012). The relationship between authentic leadership and follower job performance: The mediating role of follower positivity in extreme contexts. *The Leadership Quarterly*, 23(3), 502-516.

<http://dx.doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>; <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2011.12.004>

